



XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã



ACESSIBILIDADE MIDIÁTICA PARA O ACESSO À CULTURA: APROXIMAÇÕES E POSSIBILIDADES¹

Guilherme Mori Magalhães

Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (Unesp).
Grupo de Pesquisa “Linguagem e Mídia Acessível” (Gelima)

Gabriele Lauriano Silva

Relações Públicas - Universidade Estadual Paulista (Unesp).
Grupo de Pesquisa “Linguagem e Mídia Acessível” (Gelima)

Suely Maciel

Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista (Unesp).
Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade “Biblioteca Falada”
Grupo de Pesquisa “Linguagem e Mídia Acessível” (Gelima)

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir como soluções midiáticas viabilizam o acesso à cultura, entretenimento e lazer, sejam estas características de artefatos midiáticos ou não. A discussão justifica-se na necessidade de ampliar o escopo da acessibilidade na comunicação e na mídia, a partir de perspectivas ainda pouco trabalhadas no cenário nacional. A discussão evidencia a necessidade de expandir o uso de modalidades de acessibilidade midiática para promover o acesso a objetos, sistemas, locais e eventos, não somente à informação midiática, porém, a partir de soluções midiáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Acessibilidade Midiática; Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

Apoiando-nos em uma abordagem legal, a acessibilidade pode ser entendida a partir da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural. por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Aqui, portanto, definimos a acessibilidade, especialmente, como possibilidade e condição. Isso caminha ao encontro da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que a entende como um princípio (Greco; Jankowska, 2020). Fincamos nosso entendimento da acessibilidade de

¹ Trabalho apresentado no GT1 – Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

tal maneira para podermos evitar a interpretação do acesso enquanto um direito humano. Embora esta seja uma noção muito difundida e enraizada no senso comum, considerá-la como tal implicaria que “ela é mais essencial do que muitos, senão todos, direitos humanos” (Greco; Jankowska, 2020). Ela é, na verdade, condição prévia para que os demais direitos possam ser assegurados, uma vez que pouco adiantaria garantir um sistema de saúde, sem que seja promovido o *acesso à* saúde; um sistema educacional, sem se prover *acesso à* educação.

Desta forma, este trabalho objetiva discutir como soluções midiáticas viabilizam o acesso à cultura, entretenimento e lazer, sejam estas características de artefatos midiáticos ou não. A discussão justifica-se na necessidade de ampliar o escopo da acessibilidade na comunicação e na mídia, a partir de perspectivas ainda pouco trabalhadas no cenário nacional.

2 METODOLOGIA

O trabalho consiste em um ensaio teórico, com base em pesquisa bibliográfica e de caráter exploratório e qualitativo. Metodologicamente, articulamos dois conceitos: acessibilidade midiática e acesso à informação de cultura, entretenimento e lazer. Inicialmente, abordamos as discussões de acessibilidade, barreiras de acesso e acessibilidade midiática. Em seguida, apresentamos as problemáticas do não acesso à cultura e ao entretenimento. Por fim, são articuladas discussões e apresentados exemplos de situações que podem ser acessibilizadas por soluções midiáticas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando tratamos das instâncias citadas pela LBI que devem ser alcançadas pela acessibilidade, é preciso entender quais seriam as barreiras que podem dificultar o acesso. A mesma lei define que “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa” pode ser entendido como uma barreira de acesso (Brasil, 2015). Embora as discussões do campo da comunicação usualmente direcionem seu foco às barreiras de natureza informacional, ao considerarmos o conceito de acessibilidade midiática, podemos ajustar o escopo dos saberes midiáticos para questões que vão além da informação contida nos meios de comunicação.

Greco e Jankowska (2020, p. 64, tradução nossa) apontam que a acessibilidade midiática “diz respeito ao acesso aos objetos, serviços e artefatos midiáticos e não midiáticos por meio de soluções de mídia, para qualquer pessoa que não possa acessá-los parcial ou totalmente em sua forma original”. Considerando esta definição trecho a trecho, primeiramente, entendemos que o foco não recai apenas sobre acessibilizar a informação midiática, como mensagens escritas ou sonoras ou produtos audiovisuais. Ao trazer o componente midiático, Greco e Jankowska (2020)

questionam: como podemos usar soluções midiáticas para promover o acesso tanto aos artefatos midiáticos quanto aos não midiáticos?

A plena acessibilidade à cultura, ao entretenimento e ao lazer ainda enfrenta inúmeros entraves sociais. Quando esta condição de acesso não é assegurada, a exclusão tangencia diretamente à desigualdade, causando barreiras provenientes não da falta de competências midiáticas das pessoas com deficiência, mas sim da sociedade que não considera a diversidade de corpos e mentes. Dessa maneira, é imperativo que se pense em soluções midiáticas que garantam a acessibilidade em todas as esferas da vida cultural.

Assim, questionamentos sobre o acesso à cultura se tornam cada vez mais frequentes (Cardoso; Cuty, 2021). De acordo com Navarro e López (2002), ainda que o termo ‘acessibilidade’ tenha se tornado ambíguo, em sua essência, limitar o acesso das pessoas com deficiência às atividades culturais não apenas exclui um grupo significativo da população como também contribui para reforçar barreiras mentais e tecnológicas que dificultam na integração desses indivíduos na sociedade. Pensando nisso, é crucial refletir que a promoção do acesso à cultura deve ir além dos ambientes físicos, de modo que também a informação sobre cultura deve ser acessível a todos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade midiática, neste caso, é um campo que busca garantir que todas as pessoas possam acessar a informação em diferentes origens e formatos. Atualmente, há uma série de ferramentas e soluções que facilitam esse acesso, como transcrições de livros, legendas em vídeos, audiodescrição de conteúdos e produtos audiovisuais, entre outros. No entanto, a acessibilidade midiática contempla, além destes formatos alternativos de mídia, outras soluções midiáticas que podem tornar objetos, sistemas, locais e eventos mais acessíveis.

Considerar a acessibilidade midiática permite abarcar uma gama mais ampla de conteúdos e aplicações, tornando não apenas espaços digitais e midiáticos acessíveis, mas também espaços físicos, como eventos ao vivo, conferências, workshops acadêmicos, museus, feiras profissionais, shows e teatros. Podem ser citados audioguias, introduções em áudio, transcrições de discursos, legendas ao vivo e/ou enriquecidas, faixas de áudio limpo e a presença de intérpretes de Libras como modalidades de acessibilidade midiática para estes casos.

Segundo Greco e Jankowska (2020), a necessidade de uma abordagem integrada para que a acessibilidade seja verdadeiramente eficaz é um desafio que precisa ser discutido em todas as esferas da sociedade, como poder público, instituições acadêmicas e tomadores de decisão em nível nacional e internacional. Junto a isso, as próprias pessoas com deficiência precisam estar no cerne desta discussão e transformação. A possibilidade de co-criação de soluções acessíveis é uma forma

de garantir que essas ferramentas midiáticas sejam de fato úteis e atendam às reais necessidades dos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expandir o uso de modalidades de acessibilidade midiática para promover o acesso a objetos, sistemas, locais e eventos, pode criar uma sociedade mais inclusiva, promovendo uma maior qualidade de vida para pessoas com deficiência, pessoas idosas, com dislexia, crianças, pessoas em processo de alfabetização etc.. Considerar a acessibilidade midiática como princípio que viabiliza o acesso a todo tipo de informação, e não somente àquela presente nos meios de comunicação, é uma forma de garantir as formas de acesso à cultura, entretenimento e lazer. No entanto, para isso, é preciso ampliar os estudos e pesquisas que explorem a acessibilidade midiática e entendê-la não apenas como uma adaptação reativa, mas sim como princípio fundamental e central.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

CARDOSO,E.; CUTY,J. (Orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais: pesquisas científicas**. Porto Alegre: Marca Visual, 2021.

GRECO, G. M.; JANKOWSKA, A. Media Accessibility Within and Beyond Audiovisual Translation. In: BOGUCKI, L.; DECKERT, M. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Audiovisual Translation and Media Accessibility**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2020, p. 57-81.

NAVARRO, H.; LÓPEZ, M. E. Accesibilidad de la cultura visual: límites y perspectivas. Integración. **Revista digital sobre discapacidad visual**, n. 40, 2002.